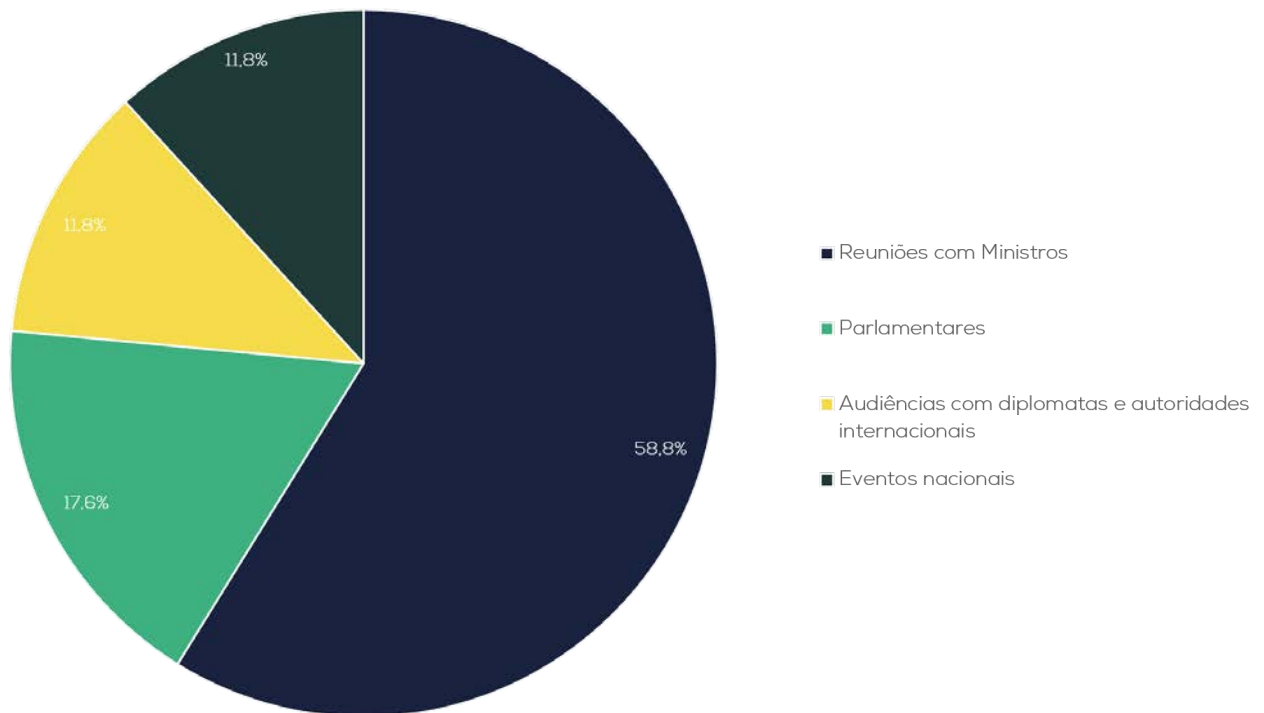


DEPEN discute extensão de parcerias público-privadas para os presídios federais

No Congresso Nacional, deputado reapresenta projeto que prevê a elaboração anual de estatísticas públicas sobre violência contra pessoas com deficiência no país

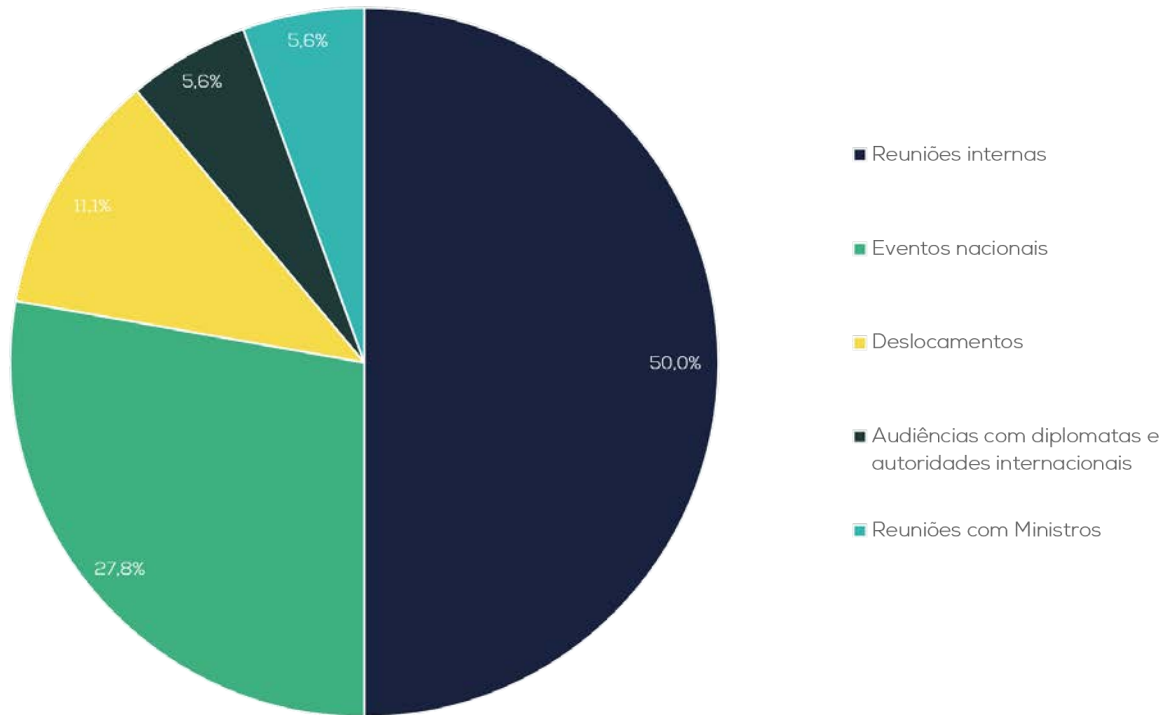
Na semana passada, tanto o presidente Jair Bolsonaro quanto o Vice-Presidente Hamilton Mourão não tiveram compromissos ligados a área de segurança pública. O ministro da Justiça e Segurança Pública, André Mendonça, participou da cerimônia de abertura do Congresso Digital “30 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente: os novos desafios para a família, a sociedade e o Estado”. Na ocasião, Mendonça apresentou o Plano de Contingência para Crianças e Adolescentes cumprindo medidas socio-educativas. O ministro também deu uma aula magna de recepção dos alunos do Curso de Formação dos Policiais Rodoviários Federais.

Agenda oficial do Presidente da República, entre 13/07 e 17/07



Já a diretora-geral do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), Tânia Fogaça, se reuniu com Martha Seillier, secretária Especial do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República. Em pauta, a extensão do programa para penitenciárias federal. O secretário Nacional de Segurança Pública cumpriu agenda interna.

Agenda oficial do Ministro da Justiça, entre 13/07 e 17/07



Legislativo

O deputado federal Geninho Zuliani (DEM/SP) apresentou o projeto de lei (PL) 496/2020, que acrescenta dispositivo no Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015) para tornar obrigatória a elaboração de estatísticas sobre violência contra a pessoa com deficiência.

O texto não especifica o órgão do poder público que ficaria responsável por coletar esses dados, mas determina que as estatísticas sejam produzidas pelos municípios, pelos estados e pela União, no mínimo uma vez por ano.

O projeto visa melhorar as condições de segurança das pessoas com deficiência, orientar o emprego de recursos e reestruturar políticas públicas de acordo com os dados produzidos pelo poder público.

O PL do deputado Geninho é uma reapresentação do PL 7.426/2017, de autoria do ex-deputado federal Rômulo Gouveia, que foi arquivado com o fim da legislatura passada. Geninho reproduz os argumentos do então deputado, que defendeu que as estatísticas possibilitarão a construção de um diagnóstico que poderá orientar melhor a formulação de políticas públicas de enfrentamento à violência contra as pessoas com deficiência.

A proposta tramita na Câmara dos Deputados e precisará ser avaliada pelas Comissões de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CPD); Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO) e Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), salvo se for aprovado requerimento de urgência. Neste caso, a matéria poderá ser deliberada diretamente pelo Plenário da Câmara.

O Fonte Segura monitora semanalmente, de segunda-feira a domingo, as agendas listadas abaixo. Agora, você também pode consultá-las de forma interativa no menu superior "Agenda de autoridades".

- *Presidente da República;*
- *Vice-presidente da República;*
- *Ministro da Casa Civil;*
- *Ministro do Gabinete de Segurança Institucional;*
- *Ministro da Secretaria de Governo;*
- *Ministro da Justiça e Segurança Pública;*
- *Secretário Nacional da Segurança Pública;*
- *Secretário Nacional da Justiça;*
- *Diretor-Geral do Departamento Penitenciário Nacional;*
- *Presidente do Supremo Tribunal Federal;*
- *Procuradora-Geral da República;*
- *Presidente da Câmara dos Deputados;*
- *Presidente do Senado Federal.*

<https://backup.forumseguranca.org.br/movimentacao-politica/template-1-movimentacao-politica-559rv-6tueq-azrss-9bjb7-5pvpb-ce2kt-m25s7-ekv3y-6smpb-7xchf-xafa2-bhnye-g45ss>

